

Tribunais de Contas se unem contra corrupção

[Pelo Estado]

Entrevista
Presidente do TCE-SC,
Adircélio de Moraes Ferreira
Júnior



Ao assumir a presidência do Tribunal de Contas (TCE-SC) há um ano, Adircélio de Moraes Ferreira Júnior listou 118 medidas inovadoras para melhorar a eficiência dos serviços e a interação com a sociedade. Ele considera um mandato de dois anos (2019-2020) curto, mas diz que 2019 fechou com saldo positivo. Ferreira Júnior, que acaba de assumir a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), diz que o órgão contribui para o fortalecimento do sistema de contas nacional e que os Tribunais brasileiros estão se unindo, investindo e se capacitando para adotar ações conjuntas para o combate à corrupção e ao desvio de recursos públicos. Acompanhe os principais destaques nesta entrevista.

[Pelo Estado] - Quando o sr. assumiu a presidência do TCE/SC, em fevereiro de 2019, disse que iria pautar a sua administração na melhoria dos gastos públicos e no combate às irregularidades na utilização dos recursos. Conseguiu fazer o que planejou?

Adircélio de Moraes Ferreira Júnior - Assumi com o compromisso de modernizar a ação do TCE/SC e pautei dois eixos: um, voltado ao aprimoramento da gestão pública, a partir da melhoria da qualidade do gasto e da arrecadação; e o outro, relacionado ao combate à má utilização dos recursos públicos. Sempre apostei no uso de ferramentas de tecnologia da informação e de inteligência artificial para modernizar as estratégias e práticas do TCE, contando com a contribuição do público interno e com aproximação dos órgãos públicos, de instituições e entidades para uma atuação coordenada. São um total de 118 medidas inovadoras que estão sendo implementadas pelas unidades administrativas e de controle externo para que a instituição enfrente os desafios e melhore a eficiência e a interação com a sociedade.

Sempre apostei no uso de ferramentas de tecnologia da informação e de inteligência artificial para modernizar as estratégias e práticas do TCE

[Pelo Estado] - O que foi implementado neste seu primeiro ano no comando do TCE?

Ferreira Júnior - Considero o mandato de dois anos um período curto para todas as ações, mas no final de 2019 fiz um balanço e o saldo é bem positivo. Tivemos, por exemplo, a reestruturação administrativa e a modernização de estratégias e práticas para uma atuação mais proativa. O acordo celebrado com o governo do Estado no sentido de viabilizar as informações fiscais para atuar na fiscalização das renúncias de receita e nos incentivos fiscais também foi bem importante, bem como a criação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação e as parcerias com o Ministério Público (MP-SC), a UFSC, a Polícia Militar

(PM/SC) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SC).

O acordo celebrado com o governo do Estado para viabilizar informações e atuar na fiscalização das renúncias de receita e nos incentivos fiscais foi bem importante

[Pelo Estado] - O que ficou para 2020?

Ferreira Júnior - Para 2020, teremos várias ações, entre elas a adoção do Plenário Virtual, que trará mais celeridade e tempestividade processual, melhorias na nossa Ouvidoria, mais alterações regimentais, realização de concurso público para 40 vagas e também medidas para a racionalização da força de trabalho em questões mais importantes e de grande impacto para a sociedade. O TCE fará 65 anos de história este ano, cumprindo sua missão de controlar e contribuir para o aprimoramento da gestão dos recursos públicos em benefícios da sociedade catarinense e a ideia é que essas medidas de modernização se perpetuem.

[Pelo Estado] - O TCE-SC fez devolução de sobras do duodécimo em 2019? De quanto?

Ferreira Júnior - O TCE repassou ao Executivo R\$ 60,09 milhões e abriu mão de outros R\$ 9,91 milhões a que teria direito constitucional de receber, totalizando cerca de R\$ 70 milhões. A liberação de recursos é resultado dos esforços do Tribunal, que adotou práticas rígidas de gestão, gerando economia sem comprometer as atividades. A definição de repasse esse ano será feita em momento oportuno, mas estamos cientes das dificuldades pelas quais passa o Estado. É importante ressaltar que a atual sistemática do duodécimo é uma conquista histórica dos órgãos e poderes e permite a eles assegurar autonomia orçamentária e financeira, e com isso exercer fielmente e de maneira independente as suas competências constitucionais.

[Pelo Estado] - Neste mês, o senhor assumiu a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Pre-



sidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC). Como a sociedade pode se beneficiar com essa importante representação?

Ferreira Júnior - Os Tribunais de Contas precisam atuar de forma conjunta, a fim de contribuir para a melhoria da gestão pública. Está entre as finalidades do CNPTC a defesa dos princípios, das prerrogativas e das funções institucionais; a integração; a promoção do intercâmbio de experiências; o estudo de temas jurídicos e questões com repercussão em mais de um Tribunal, buscando a uniformização de entendimento. O cargo de secretário-geral é de grande importância e poderei participar levando a nossa experiência, bem como ouvindo sobre a experiência dos demais Tribunais. Essa aproximação melhora a atuação, contribui para o fortalecimento do sistema de contas nacional e acaba refletindo em benefícios para toda a sociedade. Os Tribunais de Contas estão se unindo, investindo e se capacitando para adotar ações conjuntas para o combate à corrupção e ao desvio de recursos públicos.

[Pelo Estado] - Qual o seu principal recado para os candidatos que pretendem concorrer nas eleições municipais deste ano?

Ferreira Júnior - Os candidatos devem ver o TCE-SC não só com o viés punitivo, mas também como um parceiro e orientador da administração pública municipal. Os novos gestores devem estar atentos às legislações para que as cumpram. Tal conhecimento torna-se essencial para uma boa gestão. É preciso essa conscientização por quem gerencia os recursos públicos.

LEIA MAIS

Entrevista na íntegra em:
www.scportais.com.br